



1.14 • Conjuntura Internacional

EUA 2016: as eleições primárias e a sucessão de Obama

José Gomes André

NO DIA 8 DE NOVEMBRO de 2016 os EUA escolheram o sucessor de Obama, bem como os 435 membros da Câmara dos Representantes e trinta e quatro cargos no Senado.

No entanto, o processo eleitoral iniciou-se muitos meses antes, devido à existência de um dos mais peculiares sistemas eleitorais do mundo e a um curioso instrumento: as *Primárias*.

As Primárias nos EUA

Trata-se de um método de selecção prévio às eleições gerais, em que os eleitores escolhem os candidatos dos partidos a diversos cargos políticos. Contrariamente às práticas comuns noutros países, onde as cúpulas partidárias fazem essa nomeação, as Primárias nos EUA são um processo eminentemente popular, permitindo aos eleitores decidir, desde logo, que indivíduos devem figurar nos boletins de voto nas eleições, esteja em causa a escolha do Presidente, de senadores, congressistas ou até de cargos estaduais.

Adoptado no início do século XX, este método pretendia aproximar os candidatos dos cidadãos e enfraquecer o poder das máquinas partidárias, que até aí dominavam o processo de selecção dos candidatos.

Inicialmente recebidas com pouco entusiasmo pelo público (e renitência pelos partidos), as Primárias só assumiram a sua faceta moderna, i.e., só se tornaram vinculativas e extensivas a todo o país, na década de setenta do século passado, sendo hoje prática consensual no sistema eleitoral dos EUA.

As características deste processo eleitoral são difusas, o que se explica, não só pela sua peculiaridade no panorama internacional (ausência de precedentes ou sistemas semelhantes), mas também pela natureza idiossincrática do próprio sistema político norte-americano.

Organizados numa federação de cinquenta Estados, os EUA privilegiam a combinação de instrumentos de homogeneidade (que destacam a existência do país como uma “nação unida”), com o respeito pela autonomia e tradições políticas e culturais de cada um dos Estados que compõem a federação. Esta ambivalência reflecte-se na organização das Primárias.

Por um lado, há um esforço dos partidos para controlar o sistema eleitoral, impondo regras gerais quanto à calendarização do processo, distribuição de delegados por cada Estado (respeitando princípios de proporcionalidade demográfica, embora premiando também os Estados historicamente mais fiéis ao partido) e organização das convenções nacionais, onde efectivamente esses delegados expressam as suas preferências.

Todavia, os Estados – ou melhor, as organizações partidárias estaduais – ciosos das suas prerrogativas, contrapõem a este esforço de uniformização um conjunto de normas muito variáveis, no que toca à organização do processo (tipo de boletins de voto, hora de abertura das urnas), método de selecção de delegados (proporcional, *winner-takes-all* ou distribuição por distritos congressionais), condições prévias de admissão do eleitorado e ainda o formato da eleição propriamente dita. Este último compreende dois modelos fundamentais. Um deles designa-se usualmente de “eleições primárias”, traduzindo um processo alargado de voto secreto, em urna fechada ou com voto electrónico.

Uniformidade versus variedade

No entanto, sob esta aparente uniformidade, esconde-se uma abundante variedade metodológica, sobretudo no que toca à admissão de eleitores potenciais.



As Primárias nos EUA celebram o ideal democrático, ora na forma de uma participação popular em massa, ora pelo escrutínio dos candidatos.



Alguns Estados organizam “primárias fechadas”, nas quais só podem votar os eleitores registados nos partidos (testando a popularidade de um candidato entre o núcleo duro dos seus apoiantes). Outros preferem realizar “primárias abertas”, sem exigência de registo de identificação partidária, avaliando-se sobretudo a capacidade de um candidato agradar aos eleitores ‘independentes’. Como em quase tudo o que diz respeito às Primárias nos EUA, há no entanto muitas excepções a estas regras básicas: por exemplo, existem Estados com “primárias fechadas”, mas que permitem fazer o registo partidário até ao dia da eleição, ou Estados que permitem aos eleitores votar livremente nas primárias de mais do que um partido.

Em algumas situações, os eleitores devem solicitar um boletim de voto do partido em que desejam votar; noutras, podem decidir na privacidade da cabine de voto.

Quanto aos ‘independentes’, em alguns casos podem registar-se temporariamente num partido; noutros, são autorizados a exercer o voto numa condição apartidária. A lista de especificidades é praticamente interminável.

Caucus, singular exercício de cidadania

O formato de Primárias foi acolhido pela maioria dos Estados, pois permite uma ampla participação eleitoral; contudo, alguns adoptaram um método alternativo, designado como *Caucus* (palavra índia para um conselho de chefes de várias tribos).

DONALD TRUMP: DE CANDIDATO IMPROVÁVEL A PRESIDENTE DOS EUA

Não tem experiência política. Não se destacou em nenhum cargo de serviço público. É pródigo em diatribes contra as mulheres e hispânicos (acusou os mexicanos imigrantes de serem “violadores” e “criminosos”). As suas propostas são evasivas, o estilo é arrogante, o discurso anuncia agressividade. Como foi possível Trump ser o candidato Republicano?

A resposta é complexa e inclui muitas variáveis, principalmente depois de eleito. Uma das mais importantes parece ser o descontentamento generalizado do eleitorado norte-americano com a vida política no país, nomeadamente o estado anémico da economia, a sucessão de alterações sociais relevantes (aprovação do casamento homossexual, despenalização do consumo de drogas leves em vários Estados) e a implementação do novo sistema de saúde (nacionalizado e mandatário), muito impopular junto dos sectores conservadores. Curiosamente, dois dias depois da eleição, em entrevista ao Wall Street Journal, Trump já admitia disponibilidade para manter elementos-chave da reforma na saúde protagonizada por Obama.

Os estudos de opinião foram inequívocos, com a palavra “anger” (“zangado/a”) a ser a mais usada pelos eleitores para descrever o seu estado de espírito, e o número de independentes não parou de crescer.

Junte-se a estes dados três factores: os Republicanos nomearam dois moderados para enfrentar Obama em 2008 (McCain) e 2012 (Romney) e ambos perderam; no século XXI, os EUA têm visto a sua hegemonia questionada, em particular no plano económico e demográfico; desde o 11 de Setembro, os norte-americanos experienciam uma sensação de insegurança, que os atentados terroristas e o caos no Médio Oriente apenas reforçaram. Este é, portanto, terreno fértil para o aparecimento de um candidato com um discurso populista, ancorado numa história de sucesso pessoal e profissional, capaz de anunciar a inversão de um ciclo político, económico e social negativo sem sacrifícios assinaláveis. Em certo sentido, com o seu discurso fácil e sem rodeios, mesmo repleto de traços xenófobos e machistas, Trump é uma figura irresistível para boa parte do eleitorado.

Este foi, portanto, terreno fértil para a sua eleição como Presidente dos EUA.

Trata-se de um instrumento deliberativo peculiar, que promove o debate entre os participantes num singular exercício de cidadania, mediante a troca de argumentos em favor de um determinado candidato. A reunião pode durar várias horas, durante as quais os partidários de um candidato procuram defender os seus méritos, para convencer os outros membros presentes a juntarem-se ao seu grupo, antes de se proceder à contagem final dos votos. Os críticos consideram o processo pouco democrático, pois pressupõe um voto público, sujeitando além disso os participantes a pressões de elementos politicamente mais activos. Há, no entanto, quem defenda os *caucuses* pela forma como convidam a um aceso debate político e envolvem o eleitor comum num processo decisório.

Decorrendo ao longo de mais de quatro meses, em cinquenta Estados e diversos territórios ultramarinos, envolvendo cerca de sessenta milhões de eleitores, as Primárias nos EUA celebram o ideal democrático, ora na forma de uma participação popular em massa, ora pelo escrutínio dos candidatos, mesmo antes de se proceder às eleições gerais, nas quais se confrontam os aspirantes aos mais importantes cargos da nação.

A complexidade do sistema atemoriza o mais incauto espectador, e as próprias campanhas contratam dezenas de especialistas para lidar com as minudências da logística eleitoral. Porém, a referida celebração popular adscrita ao processo, e a forma como permite testar antecipadamente os candidatos, tornou as Primárias num instrumento acarinhado pelo eleitorado (mais de 90% das pessoas defendem a sua manutenção), sendo hoje parte indispensável da democracia norte-americana.

2016: o que está em causa e o que podemos esperar?

Desde que as Primárias se generalizaram, os partidos perderam quase totalmente a sua capacidade de condicionar a nomeação de candidatos, uma vez que estes decidem livremente sujeitar-se de

forma *imediate* ao voto popular. Tal facto trouxe grande diversidade e incerteza às Primárias, nomeadamente quando – como sucedeu em 2016 – o Presidente está impossibilitado de renovar o seu mandato, deixando assim em aberto a escolha do partido a que pertence (neste caso, o Partido Democrata) e reforçando as esperanças dos seus rivais (neste caso, o Partido Republicano) na obtenção de uma vitória.

Não surpreende pois que, entre os Republicanos, afastados da Casa Branca desde 2008, se tenha apresentado a votos o mais vasto elenco de candidatos da era moderna – dezassete pessoas, incluindo rostos muito conhecidos da política norte-americana, como Jeb Bush, Ted Cruz, Marco Rubio, Rand Paul e Chris Christie, entre outros, conjunto que expressava a própria diversidade ideológica do Partido Republicano (conservadores tradicionais, republicanos moderados, libertários, *social conservatives*, aficionados do *Tea Party*).

Não obstante, e contra todas as expectativas, o vencedor da corrida Republicana acabou por ser Donald Trump, um milionário nova-iorquino sem experiência política, mais conhecido pelo seu comportamento errático e participação em concursos televisivos do que propriamente por uma carreira de serviço público.

No campo Democrata, Hillary Clinton terá confirmado o seu favoritismo, apesar da réplica oferecida por Bernie Sanders (senador do Vermont), um candidato muito apelativo à ala progressista do partido, que obteve excelentes resultados entre o eleitorado jovem e os independentes. Contudo, Hillary acabou por beneficiar da sua grande experiência política (ex-senadora de Nova Iorque, ex-Secretária de Estado), enorme capacidade de financiamento e apoio do *establishment* partidário, além da sua popularidade junto do eleitorado negro, das mulheres e da classe operária, três segmentos eleitorais fundamentais da ‘coligação Democrata’.

Confirmados oficialmente pelas Convenções Nacionais, defrontaram-se em Novembro duas figuras com visões ideológicas muito distintas: Hillary, uma candidata de *continuidade* face ao *paradigma Obama*. Ideologicamente posiciona-se mais ao centro do que o (ainda) actual Presidente em questões sociais e na política externa, mas o núcleo da sua visão política está alinhado com a Administração Obama, da qual fez parte. Se tivesse sido eleita não seriam de esperar alterações essenciais nas matérias políticas dominantes. As propostas económicas iriam no sentido de promover o Estado-Social ao jeito norte-americano (ou seja, juntando investimento público com uma participação moderada do governo federal na regulação da actividade económica), preservar o chamado *Obamacare* (um sistema de saúde centralizado e parcialmente pago com fundos públicos), defender legislação de apoio à integração dos imigrantes (mesmo em caso de presença ilegal no país) e de pacotes legislativos defensores de protecção ambiental. Na política externa, constricções orçamentais poderiam obrigar Hillary Clinton a seguir as opções de Obama, (ou seja,

limitar o intervencionismo dos EUA, preferir a via diplomática e reforçar laços com o eixo Ásia-Pacífico), embora a candidata tenha manifestado preferência por um maior envolvimento logístico dos EUA em cenários complexos (sobretudo no Médio Oriente).

A Administração Trump será uma incógnita. Enquanto candidato raramente proferiu declarações com conteúdo político, concentrando-se antes na sua capacidade individual de gestão (confirmada pelo seu êxito financeiro pessoal), que prometeu mimetizar na acção política. Boa parte do seu discurso assentou numa forte nostalgia – apelando a um passado americano glorioso, tradicional e hegemónico a nível mundial, que combina com uma retórica agressiva, tanto no plano militar (a destruição do Estado Islâmico e dos ‘inimigos históricos’), como no plano económico (definindo a China como adversário preferencial). A nível interno, Trump defendeu a introdução de políticas proteccionistas, o combate à imigração (incluindo a polémica construção de um muro entre os EUA e o México) e a limitação de obstáculos à actividade económica (diminuição da carga fiscal, extinção de restrições em matéria de protecção ambiental, etc.).

Manifestando ainda o desejo de diminuir a dívida pública (que atingiu níveis astronómicos), não é claro como Trump conseguirá manter um equilíbrio orçamental, combinando maiores gastos militares com a previsível diminuição de receita fiscal, questões que recusou discutir especificamente. Por outro lado, e apesar dos resultados lhe terem sido positivos, muitas destas medidas terão de ser negociadas com o Congresso, havendo já manifestação pública de candidatos contra a introdução destas políticas – situação que, na verdade, uma Presidência Clinton também teria de enfrentar.

As últimas sondagens, dando vantagem a Hillary Clinton que supostamente contava com os benefícios inerentes às alterações demográficas e sociais ocorridas nos últimos anos em Estados tradicionalmente divididos (Colorado, Virgínia, Ohio, Carolina do Norte, Flórida), onde uma população urbana, jovem e etnicamente diversificada tem ganho terreno, aumentaria as possibilidades de triunfo dos Democratas em tais regiões (pois esse é um eleitorado ideologicamente mais favorável à Esquerda nos EUA).

Todavia, 2016 foi mais uma vez um ano de grandes surpresas e elevou Donald Trump a Presidente dos EUA. ■

Estados e territórios onde existe *Caucus*

1.	Alaska
2.	Colorado
3.	Guam
4.	Havai
5.	Idaho
6.	Ilhas Virgens
7.	Iowa
8.	Kansas
9.	Kentucky
10.	Maine
11.	Minesota
12.	Nebraska
13.	Nevada
14.	North Dakota
15.	Puerto Rico
16.	Samoa americana
17.	Utah
18.	Washington
19.	Wyoming